

Doença Holandesa e Desindustrialização no Brasil: de volta a um país primário-exportador?

Rafael Fernandes Mafra

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: rafaelcibiose@hotmail.com

José Alderir Silva

Professor na Universidade Federal Rural do Semi Árido - UFERSA

E-mail: josealderir16@hotmail.com

Resumo

Diante do insatisfatório desempenho na produção da indústria de transformação brasileira recentemente, o tema da desindustrialização tem chamado a atenção de economistas e especialistas da área devido à importância da indústria de transformação para o crescimento econômico no longo prazo. Portanto, este artigo tem como objetivo investigar se o processo de desindustrialização teve continuidade após 1995, e se tem como fonte principal a doença holandesa. A doença holandesa se intensificou pós-1995, sobretudo, durante a década de 2000 quando passou a apresentar *deficits* crescentes na balança comercial industrial. Concomitante a esse déficit, observou-se que a sobreavaliação da taxa de câmbio foi responsável pela reprimarização da pauta de exportação, semelhante à economia primária-exportadora de meados do século XX, guardadas as devidas proporções.

Palavras-chave: Taxa de câmbio; Indústria de transformação; Economia brasileira.

Abstract

In the face of unsatisfactory performance in the production of the Brazilian manufacturing industry recently the theme of de-industrialization has drawn the attention of economists and specialists in the area because of the importance of manufacturing to economic growth in the long run. Therefore, this article aims to investigate the deindustrialization process continued after 1995, and its principal cause Dutch disease. The Dutch disease intensified after 1995, especially during the 2000s when it began to lodge increasing deficits in the industrial trade balance. Concomitant to this deficit, it was observed that the overvaluation of the exchange rate was responsible for reprimarization the export list, similar to the primary-export economy of the mid-twentieth century, saved the appropriate proportions.

Key-words: Exchange rate; Transformation industry; Brazilian economy.

Introdução

Recentemente, tem surgido a preocupação quanto ao desempenho insatisfatório na produção da indústria de transformação brasileira. Queda no emprego industrial, redução do valor adicionado da indústria no PIB e *deficits* crescentes na balança comercial industrial tem chamado a atenção de economistas e especialistas da área.

Diante disso, surgiram diferentes teses entre as distintas correntes econômicas quanto a um possível processo de desindustrialização da economia brasileira e suas prováveis causas.

Economistas ortodoxos afirmam que o processo de desindustrialização não se trata de algo preocupante. Uma vez que, o crescimento econômico se dá através do acúmulo de fatores e do progresso tecnológico independente do setor. Já os economistas da linhagem heterodoxa afirmam que a indústria não é um setor como outro qualquer, sendo dotada de propriedades especiais que não estão presentes nos demais setores, sendo considerado o motor do desenvolvimento no longo prazo¹.

Alguns autores afirmam que apesar das discussões iniciadas recentemente, não se trata de algo novo na economia brasileira. Argumentam que tal processo iniciou-se em meados da década de 1980, antes mesmo do processo de abertura comercial e financeira no início dos anos 1990, quando a indústria passa a perder maior participação no PIB².

No entanto, tratar-se-ia de algo natural do processo de desenvolvimento econômico de qualquer nação, onde a melhoria na renda da população proporcionaria o crescimento no consumo de serviços em detrimento de produtos industriais. Entretanto, os autores afirmam que tal processo se deu de forma precoce na economia brasileira. Ou seja, antes de atingirem os níveis de renda per capita que proporcionasse tal mudança. E dentre as diversas fontes apontadas pelos autores como causadora desse processo de desindustrialização, a Doença Holandesa é a única que se trataria de algo negativo para o desenvolvimento econômico, que no caso brasileiro consistiu em uma mudança na pauta exportação, passando de uma pauta composta predominantemente por produtos manufaturados para uma pauta composta principalmente por produtos básicos, onde se concentra menor valor agregado.

Com isso, o presente artigo busca investigar se o processo de desindustrialização precoce, iniciado em meados de 1980 e intensificado nos anos 1990, com a abertura comercial e financeira, teve continuidade após 1995, e se tem como fonte principal a doença holandesa. Ou seja, se o processo de desindustrialização está associado à apreciação cambial causada pela maior entrada de divisas proveniente do crescimento das exportações de produtos básicos, tornando os produtos manufaturados menos competitivos?

Parte-se da hipótese, de que a sobreapreciação cambial, derivada do efeito China, tenha sido um dos responsáveis pelo processo de doença holandesa no Brasil, que gerou a especialização das exportações brasileiras em produtos básicos devido às vantagens comparativas nesses bens.

Para responder a pergunta de pesquisa, este trabalho está estruturado em seis seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta, de forma breve, o conceito de desindustrialização. As quatro seções seguintes tratam especificamente da doença holandesa: conceitos, características (seções 2 e 3) e as possíveis formas de neutralização (seção 4). Em seguida, será abordada a análise empírica da provável continuidade do processo de desindustrialização pós 1995 (seção 5), e sua possível associação a um caso de doença holandesa e reprimarização da pauta de exportação (seção 6).

1. O Conceito e os Indicadores da Desindustrialização

¹ Vide Silva & Lourenço (2014) e Oreiro & Marconi (2014).

² Vide Marquetti (2002).

A noção de desindustrialização não é algo recente, estudado apenas por economistas contemporâneos. Silva e Lourenço (2014) nos mostram que o processo de desindustrialização já era estudado por economistas e cientistas sociais, antes mesmo de surgir tal conceito. Clarck (1940), por exemplo, já observava a mudança do emprego industrial para os serviços em economias avançadas.

Segundo este último autor, à medida que o país se desenvolve ocorre concomitantemente o aumento da renda per capita. Com efeito, inicialmente a demanda por bens industriais aumenta em relação a demanda por produtos agrícolas para em seguida diminuir em relação a demanda por serviços no estágio final do desenvolvimento. Portanto, a industrialização e a desindustrialização são fases pelas quais todos os países que queriam se desenvolver tem que passar. Portanto, a perda relativa do emprego industrial para o emprego no setor de serviços é tido como parte do processo natural do desenvolvimento econômico de qualquer país.

Posteriormente, autores como Rowthorn e Wells (1987), passaram a conceituar o processo de desindustrialização como sendo a queda da participação do emprego industrial no emprego total. Para os autores o processo pode ocorrer de diversas maneiras, e conceitua as três principais formas de desindustrialização. A primeira é a positiva, que é um processo natural pelo qual toda economia desenvolvida deve passar. Isto ocorre devido ao rápido crescimento da produtividade na indústria de transformação que causa uma queda relativa no emprego neste setor, mas, que é absorvido pelo setor de serviços. O que eles chamam de sintoma de sucesso econômico.

Outra maneira de ocorrer o processo de desindustrialização é a que Rowthorn e Wells (1987) chamam de desindustrialização negativa. Esta é considerada pelos autores como uma patologia que afeta os países em fase de desenvolvimento. Nesse caso, diferentemente do processo de desindustrialização positiva, o trabalhadores egressos do setor industrial, por consequência do aumento da produtividade ou queda na produção, não serão absorvidos no setor de serviços.

Rowthorn e Wells (1987) ainda apontam uma terceira forma de desindustrialização, que é a causada pela mudança na pauta de exportações. Passa-se de uma pauta predominantemente composta por produtos manufaturados, para outros bens e serviços.

De acordo com Cano (2014) a “desindustrialização normal ou positiva”, seria uma consequência do amadurecimento do processo industrial dos países desenvolvidos entre as décadas de 1960 e 1970. E que o setor de serviços teve forte expansão proveniente da maturidade dessas indústrias e das respectivas urbanizações. No entanto, o setor de serviços passou a crescer mais rápido que a indústria, que aos poucos foi perdendo o peso relativo no PIB. Porém, a indústria, nos países desenvolvidos, continuou a crescer e a manter sua competitividade nos mercados internos e externos.

Em Tregenna (2009) o conceito clássico é ampliado, passando a considerar não só a participação do emprego industrial no emprego total, mas também o valor adicionado da indústria no PIB como indicador do processo de desindustrialização. Para ela, considerar apenas a perda relativa do emprego industrial seria um conceito estreito e que poderia dar origem a interpretações políticas enganosas, uma vez que diante de um aumento da produtividade do trabalho a produção industrial pode aumentar mesmo com a diminuição do emprego industrial.

Oreiro e Feijó (2010) Fazem duas observações importantes em relação ao conceito de desindustrialização colocado por Tregenna (2009). A primeira é que uma economia não está necessariamente passando por dificuldades quando a participação da produção industrial está em queda, e sim quando ela perde a capacidade de geração de emprego no setor industrial. A segunda observação feita pelos autores diz respeito à

associação entre desindustrialização e re-primarização da pauta de exportação, o que segundo o autor pode ocorrer ou não. No caso da ocorrência seria o que Rowthorn e Wells (1987) chamam de desindustrialização negativa que seria uma desindustrialização acompanhada de uma reversão na pauta de exportações para produtos de baixo valor agregado ou commodities. Oreiro e Feijó (2010) ainda apontam que esse processo pode ser causado pela doença holandesa, o que será conceituado mais a frente.

Em caso da não ocorrência da associação entre desindustrialização e re-primarização, seria o que Rowthorn e Wells (1987) chamam de desindustrialização positiva, que poderia ser causada por uma transferência das atividades primárias e de menor valor agregado para o exterior, e que pode acontecer acompanhada por um aumento da participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e maior valor agregado, na pauta de exportações.

Rowthorn e Ramaswamy (1997) atentam para o debate público sobre desindustrialização, que tende a categorizá-lo como um problema análogo ao crescimento do desemprego e a crescente disparidade de lucros nas economias desenvolvidas.

Portanto, diante do colocado acima, evidencia-se que o processo de desindustrialização positivo não é um problema a ser resolvido, e sim, um ponto a ser alcançado por qualquer economia em desenvolvimento. Ou seja, tida como algo desejável e natural em economias desenvolvidas, e que em geral, está associado com uma melhoria no nível de vida da população.

No entanto, isto não é negar que a desindustrialização não possa estar associada a problemas no setor manufatureiro ou da economia como um todo. Por exemplo, quando a perda de participação da indústria em termos de emprego e/ou valor adicionado acontece de forma precoce, ou seja, antes da economia atingir os níveis de renda per capita de país desenvolvido.

Assim, é fundamental diferenciar dois conceitos de desindustrialização. Um que tem sentido natural e que é desejável por toda economia que busca o desenvolvimento econômico. Nesse caso, o processo de desindustrialização ocorre quando o país já alcançou um nível de renda per capita de país desenvolvido, e a indústria nacional se encontra madura o suficiente para competir nos mercados interno e externos. Por outro lado, quando o processo de desindustrialização tem início antes que o país tenha um nível de renda per capita de país desenvolvido e antes que a indústria nacional alcance um nível de competitividade alto o suficiente para competir nos mercados interno e externos, o processo de desindustrialização pode ser caracterizado com precoce, isto é, não desejável.

A desindustrialização pode ser causada por diversos fatores, dentre estes a doença holandesa. Portanto, a próxima seção tem por objetivo trazer o conceito, as características e a forma de neutralizar essa patologia que aflige principalmente os países em desenvolvimento com abundância em recursos naturais.

2. Doença Holandesa

A doença holandesa foi denominada assim devido a sobreapreciação cambial que ocorreu na Holanda derivada da descoberta de grandes reservas de gás natural. Com tal descoberta viu-se a possibilidade de gerar superávit comercial em produtos primários. Sendo assim, com a sobreapreciação do câmbio real, o país passou de um grupo de referência comercial industrial, para um grupo de referência em produtos primários. Entretanto Palma (2005) deixa claro que a doença holandesa não é um fenômeno

limitado à Holanda, dado que ocorreu em outros países em desenvolvimento que descobriram reservas naturais em seu território.

Para Bresser-Pereira (2008) a doença holandesa consiste em uma falha de mercado proveniente da existência da abundância de recursos naturais que são compatíveis com um câmbio mais apreciado³ do que aquele necessário para tornar as demais atividades da economia competitivas. Essa falha de mercado se deve ao setor produtor de bens intensivos em recursos naturais gerar uma externalidade negativa sobre os demais setores da economia. Uma vez que a taxa de câmbio que equilibra a conta-corrente e a taxa que viabiliza setores eficientes da economia são diferentes. Se essa falha não for neutralizada, dada a importância da indústria, pode constituir um grande obstáculo ao crescimento econômico no médio e longo prazo.

Portanto, a ocorrência da doença holandesa é proveniente do setor produtor de recursos naturais de um país, ser mais produtivo que os demais países, o que proporciona rendas ricardianas, ou seja, o preço é determinado no mercado pelo produtor menos eficiente. Entretanto, a diferença entre o modelo de Ricardo e a doença holandesa é que nas rendas ricardianas os beneficiados eram apenas os proprietários dos fatores, terras mais produtivas, já no caso da doença holandesa, no curto prazo, os consumidores são beneficiados por adquirirem bens comercializáveis a preços menores.

Assim para o autor, os países afetados pela doença possuem duas taxas de câmbio, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, que é a taxa que equilibra a conta corrente no país, e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, que é a taxa de câmbio que viabiliza a produção de bens intensivos em tecnologia. No país com a doença holandesa, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente é mais apreciada que a taxa de equilíbrio industrial. Já em países que não apresentam a doença holandesa, as taxas de equilíbrio corrente e de equilíbrio industrial são iguais. Consequentemente, nos países livres da doença holandesa não há necessidade de tarifas e subsídios para viabilizar a produção de bens comercializáveis, que não estejam sendo beneficiados pelo produto causador da doença. Entretanto, nos países afetados pela doença holandesa, caso não seja imposta uma taxa que compense a perda causada pela diferença entre as taxas de câmbio, não será viável a produção que não seja a de bens causadores da doença holandesa.

Diferente de Bresser-Pereira (2008), Corden (2012) destaca que a doença holandesa pode ocorrer sem a presença de uma taxa de câmbio real sobreapreciada, desde que um setor produtor de recurso natural apresente um crescimento significativamente desproporcional aos demais setores, nas palavras do autor, um setor que apresente um boom.

Para Corden (2012), a doença holandesa refere-se aos efeitos adversos causados pela valorização da taxa de câmbio real, mas também pela realocação dos fatores produtivos diante de um boom. O autor faz a distinção entre três setores em seu estudo sobre doença holandesa. Primeiro o setor beneficiado pelo boom, ou seja, o setor exportador de recurso natural; segundo, o setor exportador de bens industriais, entretanto, que não se beneficiou pelo boom, e terceiro o setor de não-comercializáveis, serviços. O autor afirma que a presença da doença em uma economia, e consequentemente a apreciação cambial, gera um efeito negativo sobre outras exportações que não as beneficiadas pelo boom. E estes são os perdedores do boom. E é exatamente nesses perdedores que a teoria da doença holandesa se concentra.

³ À taxa de câmbio apreciada, quer dizer que o preço da moeda reserva em relação à moeda local torna-se menor. Portanto, tornando a taxa de câmbio menos competitiva para os demais bens que não sejam os causadores da doença holandesa.

A descoberta de recursos naturais ou um boom podem gerar dois efeitos na economia em questão: O primeiro é denominado efeito gasto, que consiste no efeito proveniente do aumento da renda do setor em expansão, que será gasto em outro setor, o setor de bens não-comercializáveis, que conseqüentemente, terá sua demanda elevada tornando a taxa de câmbio real ainda mais apreciada. E essa sobreapreciação irá refletir negativamente, na participação do emprego industrial no emprego total e na participação do valor adicionado no PIB. O segundo é o efeito movimento de recursos, que ocorre quando há a transferência de fatores produtivos de outros setores para o setor em expansão, uma vez que este setor apresenta maiores salários e maior rentabilidade do capital empregado. Esse movimento de recursos poderá causar a desindustrialização precoce e a reprimarização da economia sem haver necessariamente a apreciação cambial, mas para isso a economia deverá estar operando próxima do pleno emprego.

Contudo, a descoberta de recursos naturais não é a única fonte da doença holandesa, existem outros fatores que podem contribuir para a apreciação da taxa de câmbio real, como será exposto na próxima seção.

3. Doença Holandesa: Para Além dos Recursos Naturais

Bresser-Pereira (2008) considera, e ao contrário de muitos economistas, a taxa de câmbio não é apenas mais um dos preços macroeconômicos. Sendo na verdade uma variável fundamental no desempenho do crescimento econômico. Portanto, é a variável principal a ser estudada pela macroeconomia do desenvolvimento.

Segundo o autor uma taxa de câmbio depreciada é fundamental para o crescimento das exportações e, conseqüentemente, aumentar as oportunidades de investimentos lucrativos. Bresser-Pereira (2008) ainda aponta que países como Tailândia, Coréia e Malásia, que nos anos 1990, abandonaram as taxas de câmbio competitivas e adotaram a postura ortodoxa de apreciação cambial para crescer com poupança externa, obtiveram como resultado uma grave crise no balanço de pagamentos.

No Brasil, apesar da apreciação cambial ter prejudicado a demanda agregada durante o Governo Lula, os efeitos nocivos do câmbio foram compensados, em parte, pelo que ficou conhecido como “populismo cambial”. O “populismo cambial” consistiu em políticas com objetivo de impulsionar o consumo das famílias através de políticas redistributivas, valorização do salário mínimo, expansão do crédito e redução de impostos sobre produtos industrializados, fortalecendo o efeito do câmbio apreciado, o que impulsionou o crescimento do país através do mercado interno. Entretanto, houve vazamento de demanda, ou seja, esse aumento do consumo, em parte, foi atendido por produtos importados e, assim, reduzindo o dinamismo de diversas indústrias no país⁴.

Outra forma evidenciada que pode favorecer o surgimento da doença holandesa seriam as conseqüências das políticas de governos que têm como prioridade manter a inflação dentro da meta via aumento da taxa de juros. Sempre que um aquecimento da demanda ameaça aumentar a inflação, as autoridades aumentam a taxa de juros, conseqüentemente, o aumento atrai capitais especulativos, e essa entrada de capitais leva a uma apreciação cambial, tornando as matérias-primas e produtos importados mais baratos, reduzindo assim, a inflação. Entretanto, essa apreciação cambial também prejudica a competitividade da indústria doméstica⁵.

Oreiro e Marconi (2014) apontam que nessa perspectiva, uma apreciação cambial pode contribuir para o surgimento da doença holandesa. A política cambial

⁴ Vide Silva & Lourenço (2014).

⁵ Vide Bresser-Pereira (2013).

pode favorecer para que, mesmo sem a descoberta de reservas de recursos naturais, ocorra uma especialização na exportação de produtos primários ou manufaturados que utilizem mão-de-obra e recursos naturais de forma intensiva.

Outra forma evidenciada é com o surgimento de um grande concorrente internacional como a China, por exemplo, que passou a produzir produtos industrializados a preços menores e ao mesmo tempo passou a demandar uma maior quantidade de commodities. Com isso, ocorreu a elevação dos preços internacionais das commodities agravando ainda mais os casos de doença holandesa (Bresser-Pereira, 2008).

4. Doença Holandesa: Neutralização

Diante da importância da indústria para a economia de um país, ao encontrarem-se evidências de um processo de desindustrialização o mais sensato seria a busca de reverter ou ao menos neutralizar a doença. Com isso, a presente seção tem como objetivo expor as formas de remediar essa patologia.

De acordo com Bresser-Pereira (2008), a neutralização da doença holandesa é sempre feita através da administração da taxa de câmbio. O objetivo é impedir a apreciação desta variável, que pode ser feita a partir da conservação de uma baixa taxa de juros interna, através da compra de reservas internacionais ou taxando os produtos que estão sendo responsáveis pelo desencadeamento da doença holandesa.

O imposto sobre o bem ou os bens que dão origem a doença holandesa, deve ser equivalente a diferença entre as duas taxas de câmbio, a de equilíbrio corrente que está sendo puxada pelo preço do bem, e a de equilíbrio industrial que é a taxa que viabiliza os demais setores comercializáveis da economia que utilizam tecnologia no estado da arte. De acordo com o autor os recursos provenientes dos impostos sobre os bens que causam a doença holandesa, devem ser usados para constituir um fundo internacional com propósito de evitar novas reapreciações da taxa de câmbio.

Para Bresser-Pereira (2008) como a intensidade da doença holandesa pode variar de acordo com o produto que a provoca, o imposto deverá ser proporcional ao produto. Portanto, seria mais adequado usar a relação preço de mercado e o preço necessário de cada bem, para estipular o valor do imposto a ser cobrado. Outra questão é quanto às variações do preço internacional do bem. De acordo com o autor, o imposto sobre o bem causador da doença holandesa, deve ainda variar no tempo de acordo com a intensidade da doença.

Atingido o objetivo da neutralização através da criação do fundo internacional, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e de equilíbrio industrial, torna-se aproximadamente as mesmas. Contudo, apesar da neutralização as rendas ricardianas, estas ainda existem, mas agora são transformadas em receita do Estado.

Não obstante, para Silva (2014) o problema da indústria em países subdesenvolvidos vai muito além de uma apreciação cambial. Na realidade a taxa de câmbio apreciada apenas camufla uma série de problemas estruturais, e que uma taxa de câmbio competitiva, apenas ajudaria a indústria temporariamente, mas a resolução de tais problemas estruturais tornaria os países mais desenvolvidos, competitivos e com renda per capita maior.

Corden (2012) aponta três formas possíveis para os decisores políticos lidarem com o problema da doença holandesa. A primeira é não fazer nada, ou seja, deixar que a doença aconteça. A apreciação cambial e suas consequências são inevitáveis, entretanto, o ajustamento é só uma questão de tempo e o governo não deve intervir na tentativa de

parar ou retardar o ajustamento. O governo entra apenas com a prestação dos serviços básicos de forma eficiente.

A segunda forma seria o que o autor chama de protecionismo fragmentado, que consiste em uma política ou um conjunto de políticas para beneficiar as indústrias que foram afetadas negativamente pela doença holandesa. O benefício pode ser pela forma de tarifa de importação ou subsídio. Para o autor o protecionismo fragmentado é ineficiente. Um dos argumentos é por ser um benefício seletivo e desigual que pode reforçar o poder de grupos de interesse e agravar os efeitos da doença.

A terceira opção política para lidar com o problema da doença holandesa seria um pacote de política macroeconômica particular. Entretanto, diferente do protecionismo fragmentado citado acima, este consiste em um pacote de políticas que beneficiam todos os perdedores com a doença holandesa sem discriminação. O objetivo é atingir um superávit fiscal a partir de aumentos nos impostos ou redução dos gastos do governo o que levaria a redução dos gastos domésticos.

Para Corden (2012) a única forma que os governos e bancos centrais têm de depreciar a taxa de câmbio é através de uma política monetária de redução da taxa de juros associada com uma política fiscal contracionista, ou seja, a terceira opção mencionada acima.

Apesar do conceito clássico de doença holandesa estar diretamente relacionado com a descoberta de grandes reservas de recursos naturais, estudos recentes nos mostram outra fonte causadora da doença holandesa que não a relacionada a reservas de recursos naturais. Com isso, a seção a seguir tratará o novo conceito com maiores detalhes.

5. Doença Holandesa e Desindustrialização no Brasil, 1995-2014.

O Brasil vem perdendo participação em termos de valor adicionado na indústria de transformação, mesmo antes da abertura comercial e financeira, no início dos anos 1990. O processo iniciou-se em meados da década de 1980 em um período marcado pela crise da dívida, altos índices de inflação e políticas de contenção da demanda aplicadas com o objetivo de frear a escalada inflacionária. Palma (2005) afirma que o processo de desindustrialização iniciou-se 1986 antes do país atingir a renda per capita ideal. E somou-se a isso, a abertura comercial e financeira feita no início dos anos 1990, quando o processo foi acelerado. Assim, esta seção objetiva buscar evidências empíricas quanto à continuidade no processo de desindustrialização, e se estaria associado a um caso de doença holandesa.

Busca-se com isso, averiguar se o Brasil apresenta indícios de uma possível contaminação com a doença holandesa após 1995. Ou seja, se a causa do processo de desindustrialização foi a sobreapreciação cambial. E se, a doença holandesa está direcionando a estrutura produtiva a uma especialização regressiva. O período de análise em foco se inicia no ano de 1995 e termina em 2014. Este espaço temporal foi escolhido por coincidir com a sucessão presidencial que intensificou o processo de liberalização iniciado no início de 1990, pela estabilidade dos preços a partir de 1995 e devido aos sucessivos governos de um partido de esquerda (o Partido dos Trabalhadores – PT) pós 2002.

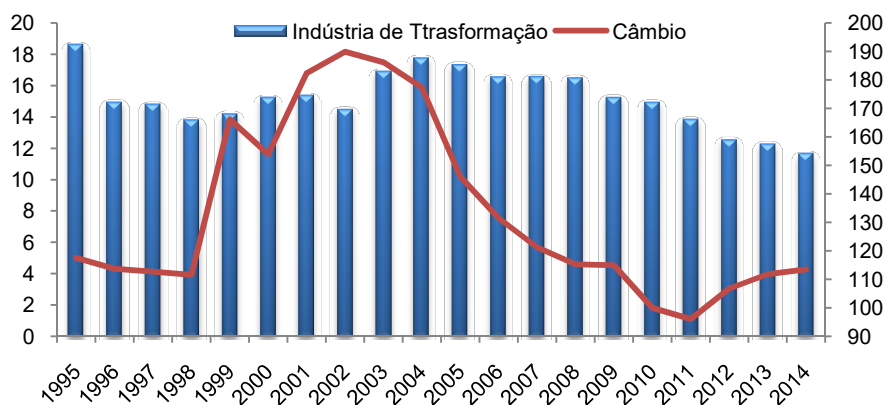
A partir da análise do gráfico 1, observa-se que a participação do PIB da indústria de transformação no início da série segue uma trajetória de queda até 1998, quando começa a se recuperar. Em 2004, o indicador apresenta o maior valor da série, 17,7% do PIB total. Para Oreiro e Feijó (2010), essa recuperação se deu devido às

mudanças pós 1999 com a implementação do tripé de política macroeconômica: metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante.

No entanto, o pico atingido em 2004 passou a decrescer até 2014, atingindo 11,7% do PIB, o menor valor da série. Ou seja, a queda de mais de 6 p.p. entre 2004 e 2014. E se observarmos, essa tendência iniciada em 2004 foi seguida de uma forte apreciação cambial, evidenciando a continuidade de um processo de desindustrialização. Tal tendência parece ter sido estancada em 2011 com a política de juros baixos objetivando estimular o investimento produtivo. Entretanto, embora o processo contínuo de apreciação cambial tenha sido sustado, o investimento produtivo esperado, aparentemente não aconteceu.

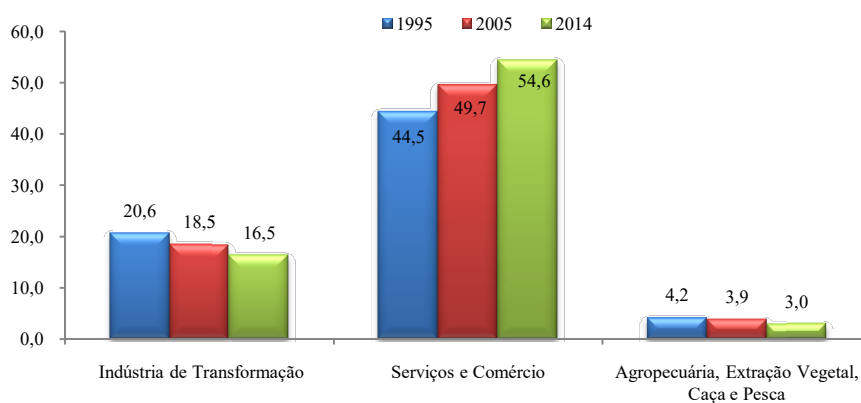
Para Serrano e Summa (2015) o investimento não aconteceu devido às políticas contracionistas aplicadas em 2010, objetivando atingir o superávit primário. Com isso, a demanda agregada foi deteriorada pelos ajustes, e os investidores privado não se motivaram. Segundo os autores existe uma estreita relação entre crescimento da demanda efetiva e crescimento da capacidade produtiva. Como a demanda foi fortemente prejudicada os investimentos produtivos não foram feitos.

Gráfico 1 – Participação do PIB da indústria de transformação no PIB total (%) e taxa de câmbio real efetiva (2010 = 100): Brasil, 1995 a 2014.



Fonte: Ipeadata.

Gráfico 2 – Participação do emprego dos setores no emprego total de 1995 a 2014.



Fonte: MTE – Anuário RAIS.

Quanto a participação do emprego setorial, gráfico 2, a queda da participação do emprego na indústria de transformação é extremamente significativa. De acordo com os dados do anuário (Rais), Relação Anual de Informações Sociais, a indústria de transformação que representava 20,62% em 1995, passou a representar 18,45% em 2005, e 16,48% em 2014. Representando num crescimento negativo de 20,07% entre 1995 e 2014. Por outro lado, o setor de serviços cresceu ao longo da série de 44,5% em 1995 para 54,55 em 2014, representando um crescimento de 22,58% entre 1995 e 2014.

Essa perda relativa do emprego industrial poderia ser atribuída ao aumento na produtividade proveniente da robotização e automação na indústria de transformação, onde postos de trabalho passam a ser ocupados por máquinas. Entretanto, segundo Silva (2014), a produtividade do trabalho na indústria de transformação caiu 32% entre 2000 e 2011. De acordo com o autor e estudos do IPEA, esse fenômeno se deve a uma convergência entre os macrosetores, onde os serviços e a agropecuária estão apresentando taxas de crescimento na produtividade maiores em detrimento da indústria, que apresentou taxas negativas.

Diante da análise dos gráficos acima, torna-se claro que o Brasil permanece em uma continuidade do processo de desindustrialização após 1995. O país continua perdendo participação da indústria de transformação tanto em termos de emprego quanto de valor adicionado. Resta saber, se esse processo de desindustrialização está associado a um caso de doença holandesa.

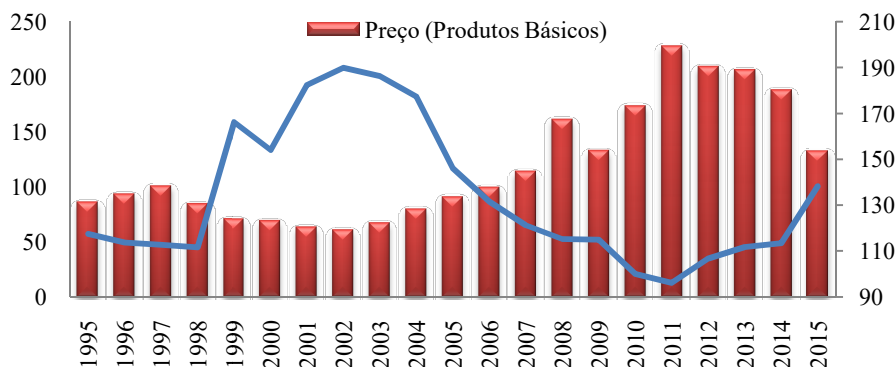
Como observado no gráfico 1, parte do declínio na participação do PIB da indústria de transformação no PIB do país, principalmente entre 2004 e 2010, esteve diretamente relacionado a sobreapreciação cambial. No entanto, devemos saber qual a fonte do processo de apreciação cambial iniciado em 2004, quando a indústria de transformação passa novamente a perder participação no PIB. Em outras palavras, busca-se qual a origem dessa maior entrada de divisas.

Como nas seções anteriores, diversos fatores podem provocar a entrada de divisas e, portanto, a apreciação cambial como o aumento dos preços dos principais produtos de exportação de um país. Este foi o caso do Brasil no que diz respeito aos produtos básicos. Como pode ser observado no gráfico 3, os preços internacionais dos produtos básicos cresceram de forma significativa a partir de 2002, beneficiando a pauta de exportação brasileira.

Dentre os principais importadores de produtos básicos do Brasil, vale a pena colocar em evidência o papel dos demais países que fazem parte dos BRICS, ou seja, Rússia, Índia, China e África do Sul. A formação desse grupo se deu graças aos esforços da política externa iniciado no primeiro governo Lula e mantida no restante do governo do PT, com o objetivo de conquistar novos parceiros comerciais, além dos EUA. Como pode ser observado no gráfico 4, há uma estreita relação do crescimento do PIB com os preços de exportação dos produtos básicos do Brasil.

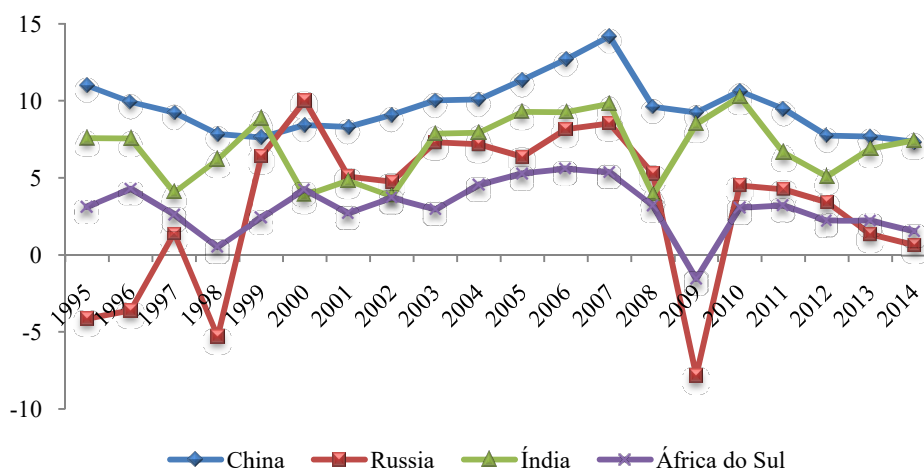
Dentre estes países vale a pena destacar a China e a Índia. A entrada da China do mercado internacional, que constitui um dos maiores responsáveis por esse aumento de preços dos produtos básicos. Dada as condições demográficas da China e a oferta elástica dos produtos básicos, o acréscimo da demanda chinesa tem um impacto muito forte sobre os preços internacionais e, assim, beneficiando os principais produtores como o Brasil. Do mesmo modo, com um crescimento baseado sobretudo em serviços, a Índia tem apresentado taxas de crescimento semelhantes a da China. Dentre os países dos BRICS, a Índia é o único país que apresentou taxas de crescimento com tendência de alta depois de 2012.

Gráfico 3 – Evolução do índice de preço das exportações dos produtos básicos (2006 = 100) e da taxa de câmbio real efetiva (2010 = 100): Brasil, 1995 a 2015.



Fonte: Ipeadata.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento do PIB dos BRICS: 1995 a 2014.



Fonte: Banco Mundial

Todavia, a taxa de crescimento dos BRICS pode ser analisada em três períodos: primeiro: 2002-2007; segundo: 2008-2009; terceiro: 2010-2014.

No primeiro período todos esses países apresentaram expressivas taxas de crescimento, acima da média internacional: Rússia (7%), Índia (8%), China (11%) e África do Sul (4,6%).

No segundo período, em decorrência da crise imobiliária americana todos os países apresentaram uma desaceleração do PIB, mas ainda com uma taxa de crescimento média muito acima da média internacional, com a exceção da Rússia e África do Sul que apresentaram média de -1,3% e 0,8% respectivamente, os demais países apresentaram uma média de: Índia (6,1%) e China (9,4%).

No terceiro período, a taxa de crescimento dos países em foco ensaia uma rápida recuperação em 2010, com destaque para Rússia que cresce 4,5% nesse ano, mas embora continuem apresentando crescimento superior a média internacional, a crise da Europa parece ter impactado negativamente o crescimento desses países entre 2011 e

2014, de modo que a taxa média de crescimento do PIB ficou muito abaixo da apresentada no primeiro período aqui em foco: Rússia (2,4%), Índia (6,5%), China (8%) e África do Sul (2,4%).

Como pode ser visto no gráfico 4, o índice de preço das exportações brasileira acompanhou todo esse processo, impactando na taxa de câmbio real efetiva como também pode ser observado no gráfico 3.

Em outras palavras, a apreciação cambial pode estar relacionada com o crescimento das exportações de produtos básicos, que fora puxada pelo crescimento dos países importadores de produtos básicos brasileiros (sobretudo, os BRICS). Como o preço dos produtos básicos é regulado pelo mercado, um possível crescimento econômico dos países importadores, leva a um aumento na procura por produtos básicos, e conseqüentemente, aumento nos preços internacionais, contribuindo assim, para o surgimento da doença holandesa.

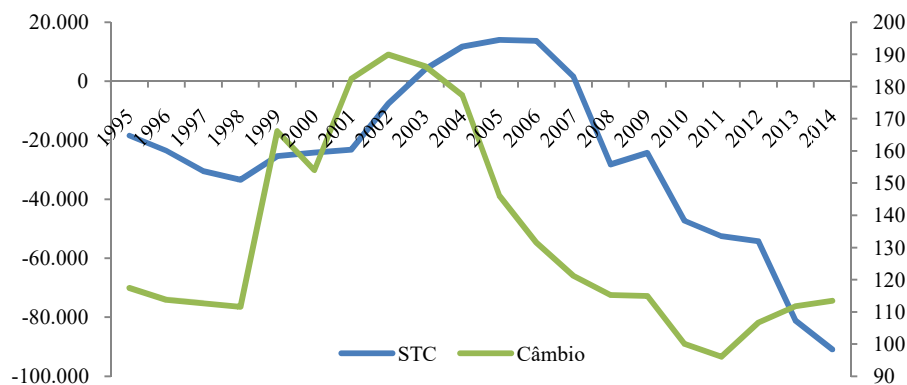
No entanto, o impacto positivo do aumento dos preços das exportações de produtos básicos pode ser sentido no saldo em transações correntes por um curto espaço de tempo curto, isto é, durou enquanto o crescimento das exportações de produtos básicos foi superior a queda das exportações dos produtos com maior intensidade tecnológica e maior que o crescimento das importações. Em outros termos, durou enquanto a apreciação cambial não provocou os efeitos conhecidos, supondo válida a condição Marshall-Lerner, como pode ser visto no gráfico 5.

O efeito BRICS sobre o saldo em transações correntes, no sentido de gerar superávit, durou apenas de 2003 a 2007, já apresentando queda expressiva nesse último ano, ou seja, antes da crise de 2008. E, que como pode ser observado no gráfico 5, parece apresentar uma forte relação com a taxa de câmbio real.

Porém, o déficit em transações correntes não resultou em déficit no saldo do balanço de pagamentos, dado o superávit na conta de capital e financeira, o que resultaria em uma desvalorização cambial e, portanto, amenizando os efeitos sobre as exportações e importações. A conta de capital e financeira passou a financiar o déficit em transações correntes a partir de 2008 (gráfico 6), de modo que as duas contas passam a apresentar trajetórias distintas desde então (vide gráficos 5 e 6).

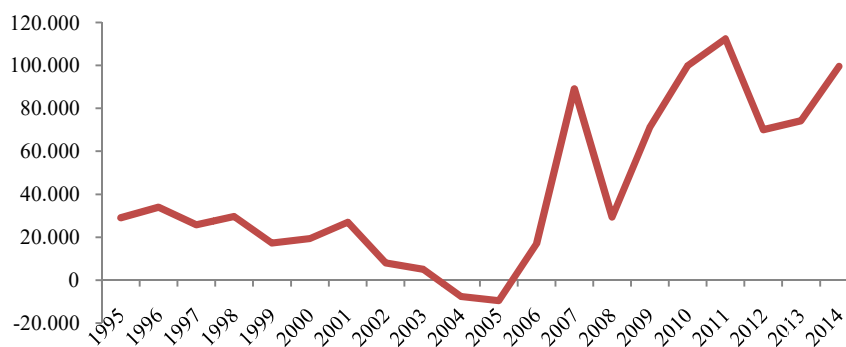
Até 2006 observa-se no gráfico 6, que a entrada de divisas no país teve pouca relação com a conta capital e financeira. Entretanto, a partir de 2006 esta conta segue uma trajetória crescente, partindo de um déficit de US\$ 9,4 bilhões para um superávit de US\$ 112,3 bilhões em 2011, seguido por uma pequena queda entre 2011 e 2012. Esta evolução, provavelmente está relacionada com a taxa SELIC que passou de 8,75% para 12,50% entre 2010-2011, dado o diferencial com as taxas de juros externas. Entretanto, caiu novamente em 2012, devido o aumento no IOF e redução nos juros. Já o STC, que atingiu o pico de toda a série em 2006 com um superávit de US\$ 13,9 bi, teve o pior resultado de toda a série apresentando um déficit de US\$ 90,9 bilhões em 2014.

Gráfico 5 – Evolução do saldo em transações correntes (STC - US\$ - milhões) e da taxa e câmbio real efetiva (2010 = 100): Brasil, 1995-2014.



Fonte: Ipeadata.

Gráfico 6 – Evolução do saldo da conta de capital e financeira (US\$ - milhões): Brasil, 1995-2014.



Fonte: Ipeadata.

Assim, além do aumento dos preços dos produtos básicos, a entrada de divisas pela via da conta de capital e financeira também deve ser observada conforme enfatizado nas seções iniciais. No Brasil, a estratégia de atrair capitais teve pelo menos dois objetivos: o de acumular reservas cambiais e ao mesmo tempo manter a inflação dentro da meta estabelecida pelo COPOM.

Contudo, a forma de se alcançar esse último objetivo pode ter sido o responsável pela perda de participação da indústria de transformação no PIB, uma vez que para manter a inflação relativamente baixa foi preciso gerar a apreciação da taxa de câmbio. A estratégia funcionava da seguinte maneira: quando a inflação ameaçava ficar acima do teto estabelecido pelas autoridades monetárias, o Banco Central aumentava a taxa de juros de modo a provocar um diferencial em relação a taxas de juros internacionais, para atrair capitais especulativos e, assim, apreciando a taxa de câmbio. Esta taxa de câmbio mais baixa reduz os preços dos bens importados e dos bens nacionais que utilizam insumos importados e, assim, provocando a queda da inflação na economia brasileira.

Não obstante, a estratégia de controlar a inflação, prejudicou a economia brasileira e a indústria de transformação da seguinte forma. Primeiro, o aumento da taxa

de juros provocou a queda do investimento na economia e na indústria⁶. Segundo, a apreciação cambial real reduziu a competitividade dos bens industriais nacionais e aumentou dos similares importados⁷. Terceiro, com os preços dos insumos importados mais baixos, as indústrias nacionais se tornaram em maquiladoras, ou seja, montadoras de bens⁸. Quarto, com os preços dos insumos importados mais baixos ocorreram a quebra de elos importantes da indústria com o restante da economia⁹.

No entanto, resta saber o tamanho do impacto da apreciação cambial, observado anteriormente, sobre a composição das pautas de exportação e importação. Isto é, se as condições favoráveis na economia mundial, provocaram um processo de especialização regressiva em nossas exportações. Se o Brasil passou a exportar mais produtos básicos em detrimento de outros produtos com maior valor agregado. Este é o objetivo da próxima seção.

6. Economia Brasileira: de Volta a um País Primário-Exportador?

Como já anunciado, esta seção tem por objetivo analisar se o Brasil tem se voltado para a exportação de bens nos quais apresenta vantagens comparativas em relação aos outros países, ou seja, se a pauta de exportação brasileira é formada em sua grande parte por produtos de baixo valor agregado.

Dada as características do Brasil, a inserção comercial brasileira ocorreu através de produtos agrícolas. Inicialmente a cana de açúcar era o único produto de exportação, mas com a produção de outros países como a Holanda e diante da concorrência do açúcar de beterraba, os preços do açúcar foram reduzidos ao ponto que sua produção se tornou inviável na colônia portuguesa. No entanto, ainda não havia nesse período o interesse por desenvolver atividades com maior valor agregado, de modo que se procurou outro produto agrícola para substituir a produção de açúcar. Surge assim, a possibilidade de se produzir o café, que se tornou rapidamente no principal produto de exportação. Porém, a estratégia dos cafeicultores era a de produzir o máximo que suas terras permitissem. Com efeito, diante de uma demanda pouco elástica, a consequência dessa estratégia foi a queda de preços no início do século XX.

Até esse período, a economia brasileira apresentava um alto coeficiente de importações, de modo que a queda nos preços de exportações significava problemas nas contas externas. Por outro lado, havia uma dependência muito forte do crescimento do resto do mundo, sendo que uma crise externa significava necessariamente em uma crise interna.

Diante da crise cafeeira e da crise de 1929, o governo de Getúlio Vargas viu a possibilidade de reverter essa trajetória, dando início a industrialização por substituição de importações. Desse modo, depois de um longo período de industrialização, o país consegue diversificar sua pauta de exportação, introduzindo produtos manufaturados. Como pode ser observado no gráfico 7, em 1995 a pauta de exportação do país era composta por mais de 55% de produtos manufaturados enquanto a soma das participações dos produtos básicos e semimanufaturados correspondia a 45%.

Contudo, depois de 2000, torna-se evidente (gráfico 7) a ação da doença holandesa na economia brasileira. A participação dos produtos básicos na pauta de exportação apresentou crescimento durante toda a série. Em 2014 as exportações de

⁶ Vide Serrano & Summa (2015).

⁷ Marconi & Rocha (2012).

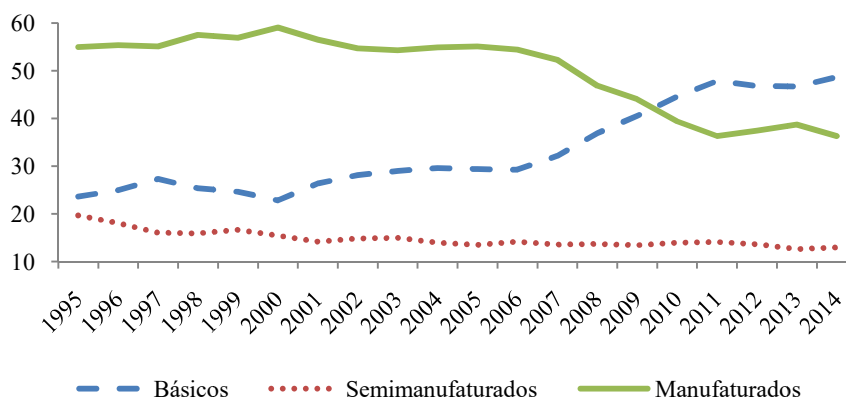
⁸ Vide Silva & Lourenço (2015).

⁹ Vide Messa (2012).

produtos básicos representaram 49% da pauta, em 2000 esse percentual era de apenas 23%, ou seja, um aumento de 26 p.p. em quatorze anos.

Já as exportações de produtos manufaturados apresentaram o movimento simetricamente oposto ao observado com a participação dos produtos básicos. Em 2000 as exportações de produtos manufaturados representavam 59% das exportações totais, já em 2014 passaram a representar apenas 36% do total.

Gráfico 7 – Composição da pauta de exportação por fator agregado: Brasil, 1995 a 2014.



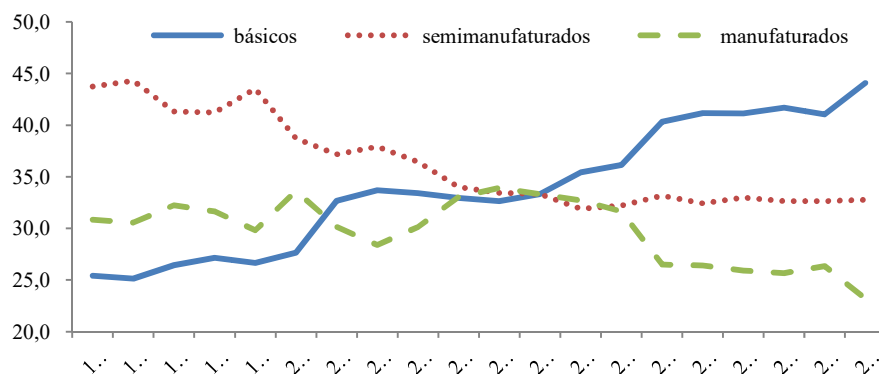
Fonte: SECEX/MDIC.

Vale salientar, que essa inversão na participação entre produtos básicos e manufaturados observada no gráfico 7, torna-se muito mais intensa logo após o período de sobreapreciação cambial iniciado em 2004 até 2011. Com a política de juros menores e IOF, o movimento se estabiliza até o fim da série. Com isso torna-se claro que a melhoria nos preços internacionais pode ter conduzido a pauta de exportações brasileiras a um processo de reprimarização. Em outras palavras, podemos dizer que estar em curso uma tendência de volta a uma situação de primário-exportador, embora se diferencie da situação descrita no início da seção por ser baseado em diversas commodities e, não em um único produto.

Figueiras et al (2012) atribui essa apreciação cambial durante o governo Lula, essencialmente ao efeito China, que com seu expressivo crescimento passou não só a consumir mais commodities brasileiras como passou a ofertar produtos manufaturados a preços relativamente menores. Tornando a indústria nacional menos competitiva tanto dentro quanto fora do país.

Portanto, pode-se argumentar que o movimento inverso dos bens básicos e manufaturados na pauta de exportação foi em decorrência desse efeito China, que alterou os termos de troca. Não obstante, quando se realiza a mesma análise em termos reais, ou seja, em termos de quantidades se observa movimentos semelhantes, porém em períodos distintos (gráfico 8).

Gráfico 8 – Composição da pauta de exportação por fator agregado (quantum, 2006=100): Brasil, 1995-2014.

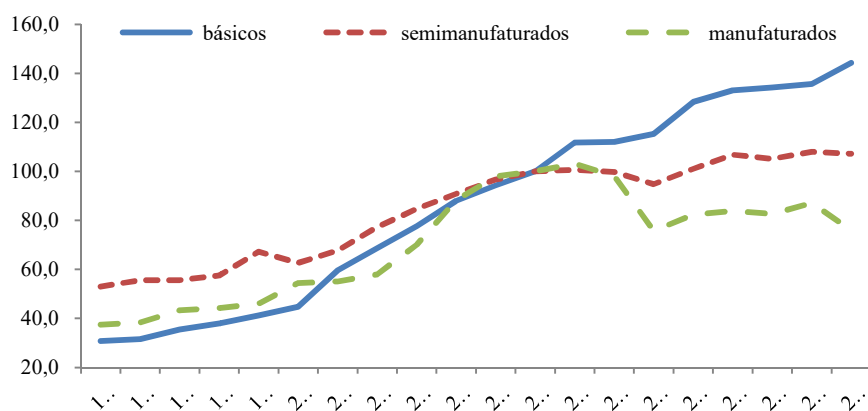


Fonte: SECEX/MDIC.

A participação dos produtos básicos passa a participação dos produtos manufaturados em 2006, o que mostra a relevância do impacto da taxa de câmbio nesse processo, já que é a partir desse ano que ocorre uma maior apreciação cambial. Como a participação dos semimanufaturados permanece praticamente estável, o movimento dos bens manufaturados com o dos bens básicos é semelhante, porém contrários, a queda da participação dos manufaturados é o aumento dos bens básicos. E como os indicadores parecem mostrar, a sobreapreciação cambial não é uma variável neutra nesse processo. Para efeito de comparação, a participação dos bens básicos na pauta de exportação em 2000 era de 28% e passou para 44% em 2014 enquanto a participação dos bens manufaturados passou de 39% para 23% no mesmo período.

Ainda se pode justificar que essa reprimarização da pauta de exportação seja em decorrência de um crescimento dos produtos básicos maior que o do apresentado pelos produtos manufaturados. Porém, quando observamos o índice de quantum das exportações no gráfico 9, evidenciamos de fato um expressivo crescimento das exportações de produtos básicos.

Gráfico 91 – Pauta de exportação por fator agregado (quantum, 2006 = 100): Brasil, 1995-2014.



Fonte: SECEX/MDIC.

As exportações de produtos básicos cresceram a uma taxa média anual de 8,9%. Já as exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados, que embora menos expressivo que os produtos básicos, continuaram apresentando crescimento durante praticamente toda a série, apresentando uma taxa de crescimento média de 4,1 e 4,3 respectivamente. Com isso, poderia argumentar que embora tenha crescido de forma mais lenta e com uma pequena inflexão em 2009, ano de crise financeira internacional, as exportações de produtos manufaturados continuaram crescendo e, portanto, fortalecendo a tese dos economistas que rejeitam a existência da doença holandesa no Brasil. Para Serrano e Summa (2015) as exportações seguem uma tendência global, e o Brasil chegou a superar a média mundial em alguns quesitos.

Não obstante, quando se observa o crescimento dos bens manufaturados entre 1996 e 2005, tem-se uma média de superior a 10%. Por outro lado, quando se observa no período 2006-2014, tem-se uma média de -2,3%. Pode-se argumentar que esse crescimento negativo se deve a crise externa pós-2009, como Serrano e Summa (2015), que provocou uma queda no comércio mundial em geral, no entanto, a tendência de baixo crescimento já havia se apresentado entre 2005 e 2006, quando a produção física passou de um crescimento de quase 11% para um pífio 2,2%. Desse modo, reforça a tese da doença holandesa e ao mesmo tempo a do retorno a um país primário-exportador.

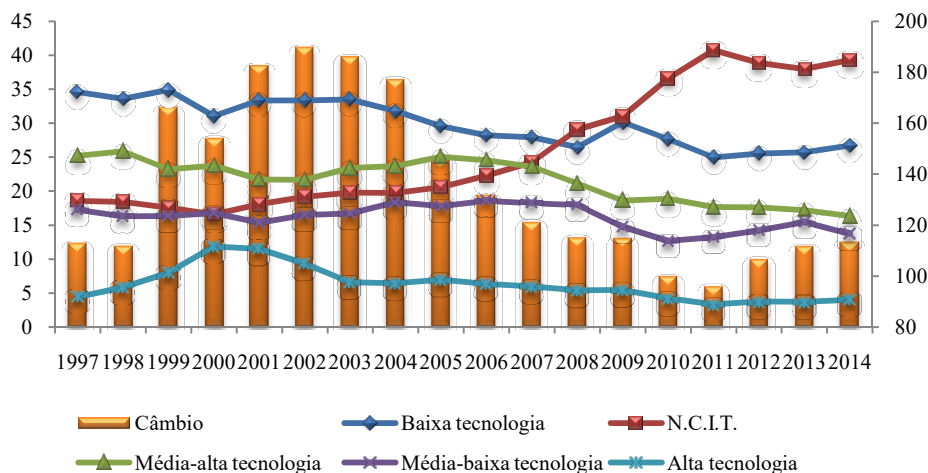
Além disso, Bresser-Pereira e Marconi (2008) e Silva & Lourenço (2015) fazem a observação que embora as exportações de manufaturados continuem crescendo, a indústria pode estar se tornando maquiladora. Ou seja, uma grande montadora a partir de componentes importados. O que apesar de caracterizada como exportação manufaturada o valor agregado é muito baixo.

Quando realizada a análise através da participação das exportações por intensidade tecnológica, observa-se que os setores industriais se comportaram de forma diferenciada durante o período de sobreapreciação cambial. Todos os setores que empregam tecnologia foram negativamente afetados pela sobreapreciação cambial.

O gráfico 10 mostra a forte relação entre câmbio e produtos não industriais. Caracterizando com isso, mais uma evidência de doença holandesa. Em 2011, quando os produtos não industriais apresentaram a maior participação, ocorreu uma forte apreciação da taxa de câmbio.

Os produtos industriais destinados a exportação mais afetados durante a sobreapreciação cambial foram os que empregam alta tecnologia, apresentando crescimento negativo de 90,2% em termos de participação nas exportações totais no acumulado entre 2003 e 2011. Em seguida vieram os produtos que empregam baixa tecnologia que durante o mesmo período apresentaram um crescimento negativo de 26,5% nas exportações totais, apresentando uma pequena recuperação em 2009, quando apresentou crescimento de 13,8% em relação ao ano anterior, ano de crise internacional onde o crescimento nas exportações de produtos da indústria de alimentos contribuiu para esse desvio de uma trajetória descendente. Logo após vieram os produtos de média-alta e média-baixa que apresentaram crescimento negativo de 18,2% e 18% respectivamente.

Gráfico 10 – Composição da pauta de exportação por intensidade tecnológica e taxa de câmbio real efetiva (2010=100): Brasil, 1997 a 2014.



Fonte: SECEX/MDIC.

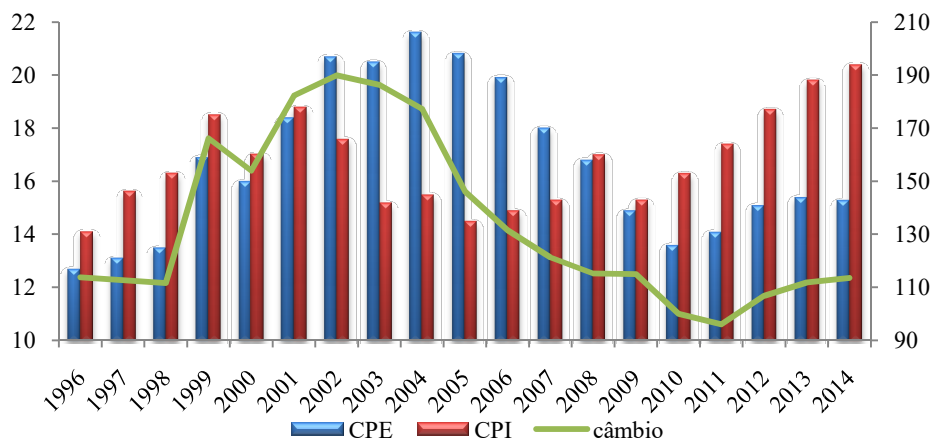
A partir da análise do gráfico 10, confirmam-se as colocações feitas por Bresser-Pereira e Marconi (2010). Segundo os autores, o setor de alta tecnologia que deveria liderar o desenvolvimento econômico do país, por possuírem o maior valor agregado, foi o que acumulou as maiores perdas com a sobreapreciação cambial. Entretanto, os setores de média-alta e média-baixa, que também possuem importante valor agregado, o efeito câmbio foi menos impactante.

Assim observa-se que, apesar da retomada da política industrial na agenda do Governo, com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em 2004, seus efeitos foram distorcidos pelo contexto macroeconômico. Para Cano (2010), por melhor que seja o desenho de uma política industrial, ela deve contar com uma política macroeconômica compatível ou seus efeitos serão anulados ou distorcidos. Com isso, mostrou-se incapaz de reverter os problemas estruturais.

Contudo, até que ponto a taxa de câmbio real sobreapreciada contribuiu para aumentar a nossa dependência de importações de bens industriais. Ou seja, até que ponto a produção indústria nacional foi substituída por produtos similares importados.

Uma forma de evidenciar essa provável substituição por produtos importados é através do coeficiente de penetração das importações da indústria de transformação, que irá mostrar o quanto do consumo aparente brasileiro foi atendido por produtos importados (gráfico 11).

Gráfico 11 - Coeficiente de penetração das importações (CPI) e coeficiente de exportações (CPE) da indústria de transformação e a taxa de câmbio real efetiva (2010=100): Brasil, 1996 a 2014.



Fonte: CNI e Ipeadata.

A partir da análise do gráfico 11, observamos que a apreciação cambial iniciada entre 2003 e 2004 até 2011, favoreceu o crescimento do consumo de produtos importados da indústria de transformação. Em 2003, 15,2% do consumo aparente de produtos industrializados era atendido por importações. Em 2011 esse consumo passou para 17,4%, ou seja, um crescimento de mais de 14%. Entretanto, a participação do nosso consumo atendida por importações continuou crescendo mesmo com uma taxa de câmbio mais depreciada, atingindo 20,4% do nosso consumo de produtos industrializados sendo atendido por produtos importados em 2014. Parte disso explica-se pelas medidas adotadas pelo governo no final de 2011 que por ter estimulado o consumo, podem ter causado vazamento de demanda. Além disso, dada a recessão mundial nesse período, ocorreu um excesso de oferta de produtos manufaturados, que gerou a queda nos preços dos bens industriais, de modo que mesmo com o câmbio depreciado, o produto importado ainda era competitivo no mercado brasileiro.

Já quando observamos o coeficiente de exportações, ou seja, o quanto da produção interna de produtos da indústria de transformação foi destinado à exportação, observa-se o movimento inverso ao evidenciado na penetração das importações. No momento em que a taxa de câmbio manteve-se mais depreciada em toda a série, obteve-se os maiores coeficientes de penetração das exportações, atingindo a maior participação de nossa produção destinada à exportação em 2004, com 21,6%. No entanto, diferentemente, do ocorrido com o nosso consumo que continuou crescendo, mesmo com o a depreciação cambial iniciada a partir de 2011, a nossa produção destinada ao mercado internacional, seguiu a mesma trajetória do câmbio. A penetração das exportações que vinha caindo desde 2004, início da apreciação cambial, voltou a subir em 2010 acompanhando a inflexão do câmbio que volta a depreciar até 2014. Essa lenta recuperação pós 2010 aparentemente está associada ao processo de desaceleração do crescimento da economia mundial. Além disso, diante das dificuldades da economia mundial após a crise internacional de 2009, a produção industrial vem se voltando cada vez mais para o mercado interno nos últimos anos, segundo estudos recentes realizados pela CNI, em parceria com a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex).

Portanto, torna-se evidente a influência da taxa de câmbio nas exportações de produtos da indústria de transformação. Nos anos em que a taxa de câmbio seguiu uma trajetória de apreciação, a produção da indústria de transformação nacional foi significativamente afetada, perdendo 37,% na participação da produção destinada ao mercado internacional entre 2004 e 2010. Além do significativo crescimento no consumo de produtos importados.

Silva (2014) faz uma importante observação que entre 2000 e 2009, o país passou por um significativo crescimento econômico, o que contribuiu para o crescimento do consumo doméstico de produtos importados. Entretanto, observa-se que apesar da queda do crescimento econômico a partir de 2010, o nosso consumo aparente de produtos industrializados importados continuou crescendo. Com isso, surgem evidências de que a produção industrial prejudicada após 2010, não foi só a destinada à exportação, e sim, a produção industrial destinada ao consumo doméstico, que passou a ser atendida por importações.

Com isso, torna-se claro que os prejuízos causados pelo câmbio apreciado são muito maiores para nossas exportações do que os benefícios que alguns autores justificam quanto a uma possível modernização através de importações mais baratas.

Considerações finais

O presente trabalho teve por objetivo inicial conceituar a desindustrialização. Foi visto que o conceito clássico de desindustrialização tratar-se de um processo natural do desenvolvimento econômico, em que, a elevação na renda per capita na economia passaria a permitir um maior consumo de serviços em relação a produtos industriais. Entretanto, o caso preocupante seria essa mudança no padrão de consumo antes da economia atingir os níveis de renda per capita ideais, o que a literatura conceituou como desindustrialização precoce, onde não se trata de um processo natural, mas algo nocivo ao desenvolvimento econômico, que seria o caso brasileiro, que começou a perder valor adicionado da indústria em meados da década de 1980 antes de atingir os níveis de renda per capita satisfatórios.

Em seguida foi conceituado o termo doença holandesa, que está associado a descoberta de recursos naturais que ao gerar a sobreapreciação cambial provoca a mudança no perfil da pauta de exportações. O país passa de um grupo de referência industrial para um grupo de referência em produtos primários.

Diante disso, o presente trabalho se propôs a investigar se a perda relativa da indústria de transformação iniciada na década de 1980 teve continuidade ou vem sendo revertida após 1995, e se estaria associada a um caso de doença holandesa. Com efeito, ao prejudicar as exportações de produtos industrializados levaria a um processo de reprimarização da pauta de exportação e a substituição da produção doméstica de bens industriais por importados similares.

De acordo com os dados apresentados, não resta dúvidas quanto à continuidade no processo de desindustrialização brasileira após 1995. Principalmente após 2004, quando a participação da indústria inicia uma longa trajetória de queda que até então não foi revertida. No tocante a composição da pauta exportadora brasileira também é notável a mudança onde os produtos básicos passaram a ocupar cada vez mais espaço na participação das exportações totais.

Os produtos manufaturados intensivos em tecnologia apresentaram uma contínua queda na participação das exportações, sustentando apenas as exportações de produtos industrializados de baixa tecnologia principalmente alimentos, onde o valor agregado é muito baixo, o que pode estar relacionado à baixa qualificação da mão-de-

obra. Segundo Bresser-Pereira (2008), países com baixa qualificação tendem a se especializar na produção industrial com baixa intensidade tecnológica. Apesar dos recentes avanços no ensino técnico promovido pelo Governo Federal, ainda estamos muito aquém dos níveis de qualificação dos países desenvolvidos.

Com isso, o Brasil parece padecer de uma doença holandesa relativa com uma economia voltada para a produção de bens primários e de baixo valor agregado, semelhante à economia primário-exportadora de meados do século XX, guardada as devidas proporções. Pois, apesar de predominar os produtos não industriais na pauta de exportação, as exportações brasileiras ainda se encontram bastante diversificada.

Contudo, essa doença holandesa deve ser neutralizada. De acordo com a lei de Thirlwall (1979) as exportações de produtos manufaturados são fundamentais para o crescimento no longo prazo. As economias com um forte setor exportador de commodities, à medida que crescem, tem-se o aumento das importações que pode impedir a continuação desse crescimento. Portanto a taxa de câmbio deve ser administrada evitando sua apreciação principalmente através da conservação de juros baixos e a taxação dos produtos causadores da doença, canalizando esses excedentes para o desenvolvimento da indústria nacional. Através do incremento de políticas de desenvolvimento industrial e qualificação profissional da mão-de-obra.

No entanto, embora a taxa de câmbio tenha influenciado fortemente a quedadas exportações da indústria de transformação, prejudicando nossa competitividade internacional, a participação da nossa produção da indústria de transformação destinada à exportação ainda é muito pequena para justificar a excessiva queda na produção industrial. Embora a produção industrial nacional seja fortemente dependente de insumos importados, a queda na produção industrial parece também estar relacionada a fatores internos.

Segundo estudos recentes realizados pela CNI/FUNCEX (2014), a nossa produção industrial está cada vez mais voltada ao próprio mercado interno, em detrimento das exportações. Mesmo se observarmos o maior valor do nosso coeficiente de penetração de importações durante toda a série em estudo, que foi de 20,4% em 2014, a participação do nosso consumo aparente atendida por produtos importados ainda é relativamente pequena. Porém, se esse processo não for controlado pode ocorrer uma espécie de regressão da estrutura produtiva. Portanto, não afirmarmos que a economia está passando por um processo de especialização regressiva, o que evidenciamos é apenas uma reprimarização da pauta de exportação. Uma vez que, apesar do processo de abertura nos anos 1990, o Brasil ainda é uma das economias mais fechadas do mundo. Entretanto, isso não significa que a doença holandesa não deva ser neutralizada, devem-se buscar mecanismos que venham evitar uma possível perda relativa das cadeias produtivas de maior valor agregado em nossa pauta de exportações e ao mesmo tempo fortalecimento da indústria como forma de reduzir a dependência externa.

Com isso evidencia-se que, além da presença da doença holandesa, fatores internos também possam ser responsáveis pelo processo de desindustrialização. Um fator que pode estar associado a essa queda na participação relativa da indústria de transformação na produção e no emprego é a própria postura adotada pelo governo atual quanto à política industrial. Quando se observa as medidas do “Plano Brasil Maior”, última política industrial em vigor desde 2011, evidencia-se que dos 19 setores abrangidos pelo plano, quase 25% das medidas foram destinadas a agroindústria. Beneficiando com isso, o principal causador da nossa Doença Holandesa. No entanto não cabe ao escopo deste trabalho analisar esses fatores internos, mas pode ser temas explorados que ficam como sugestões para trabalhos posteriores.

Referências

BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Dilma frente ao tripé macroeconômico e à direita liberal e dependente. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 95, p. 5-15, mar. 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, mar. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. Existe Doença Holandesa no Brasil? **In: IV Fórum de Economia de São Paulo. Anais...**, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2008.

CANO, W. (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. **Texto para Discussão**. IE/Unicamp, n. 244, set. 2014.

CARTA DO IBRE. O Brasil ainda é uma economia muito fechada, e isso não é bom para o desenvolvimento. Conjuntura econômica, novembro de 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/21267/20016>>

CNI/FUNCEX. Indústria brasileira direciona produção cada vez mais para o mercado interno, revela CNI. 18 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa>>. Acesso em: abril de 2016.

CORDEN, W. M. The Dutch Disease in Australia: Policy Options for a Three-Speed Economy. Melbourne Institute Working Paper Series Working Paper., No. 5/12, February 2012.

FILGUEIRAS, L. A. M. *et al.* O desenvolvimento econômico brasileiro recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa. **In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA**, 8., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2012. p. 806-830.

GIAMBIAGI, F., A. VILLELA, J. HERMANN e L. B. de CASTRO (Orgs.), **Economia Brasileira Contemporânea: 1945/2010**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata. 2016. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: março de 2016.

MARCONI, N.; ROCHA, M. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21. Número Especial; p. 853-888, dez, 2012.

MARQUETTI, A. (2002). "Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998". **Estudos Econômicos**, Vol. 32, N.1.

MESSA, A. Mudanças estruturais na economia brasileira ao longo da década de 2000. **Texto para Discussão**, IPEA 1770, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. MDIC. Disponível em: <<http://mdic.gov.br>>. Acesso em: março de 2016.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos eo caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, 30, p. 219-232, 2010.

OREIRO, J. L; MARCONI, N. Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira. **Revista NECAT**, Santa Catarina, 2014, p. 24-48.

PALMA, G. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa. CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. ORGANIZADA PELA FIESP e IEDI, Centro Cultural da FIESP, 28 ago. 2005. 46p.

ROWTHORN, R., & RAMASWAMY, R. “Deindustrialization: Causes and Implications,” Staff Studies for the World Economic Outlook (Washington: International Monetary Fund, December, 1997), pp. 61–77.

ROWTHORN, R.; WELLS, J. De-industrialisation and Foreign Trade (Cambridge, Cambridge University Press, 1987).

SERRANO, F.; SUMMA, R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. Center for Economic and Policy Research, agosto 2015.

SILVA, J. A. Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro. **Indicadores Econômicos**, FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 67-82, 2014.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. Revisitando o Conceito de Desindustrialização. **Revista Oikos**, 13, p.57-73, 2014.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. (2015) Desindustrialização e comércio internacional. **Indicadores Econômicos**, FEE, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 61-80, 2015.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, maio 2009.